



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 8, DE 2025**

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei nº 5569, de 2023, do Senador Wellington Fagundes, que Dispõe sobre direito dos consumidores de acesso a água potável nos estabelecimentos comerciais e eventos coletivos que especifica, e sobre o Projeto de Lei nº 5560, de 2023, da Senadora Damares Alves, que Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para estabelecer as obrigações das organizadoras de eventos de lazer e entretenimento de grande porte, e sobre o Projeto de Lei nº 6096, de 2023, do Senador Jorge Kajuru, que Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para garantir o acesso do consumidor a água potável, trazida por ele ou oferecida pelo estabelecimento comercial onde estiver.

**PRESIDENTE:** Senador Dr. Hiran

**RELATOR:** Senador Jorge Seif

11 de junho de 2025



SENADO FEDERAL  
Senador JORGE SEIF – PL/SC

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 5.569, de 2023, do Senador Wellington Fagundes, que *dispõe sobre direito dos consumidores de acesso a água potável nos estabelecimentos comerciais e eventos coletivos que especifica.*

Relator: Senador **JORGE SEIF**

### I – RELATÓRIO

Encontra-se nesta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), para decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 5.569, de 2023, de autoria do Senador Wellington Fagundes, versado em 4 artigos. A proposição tramita em conjunto com outras duas (PL nº 5.560 e PL nº 6.096, ambos de 2023).

Em essência, a proposição determina que os seguintes prestadores de serviços são obrigados a fornecer, gratuitamente, água potável aos seus clientes: hotéis, bares, restaurantes, casas noturnas, cafés, lanchonetes e estabelecimentos similares; organizadores de shows e espetáculos teatrais, musicais e esportivos; e outros eventos com grande concentração de pessoas, nos termos do regulamento, especialmente aqueles realizados a céu aberto e expostos ao calor. Para tanto, define como água potável aquela água que atenda aos padrões de potabilidade estabelecidos na regulamentação sanitária.



SENADO FEDERAL  
Senador JORGE SEIF – PL/SC

Arremata com a previsão de que, em eventos coletivos, fica permitido o acesso gratuito de garrafas de uso pessoal, contendo água para consumo no local, sendo permitida a fixação, pelos organizadores do evento, dos materiais de que tais recipientes podem ser compostos, a fim de garantir a segurança e a integridade física dos consumidores.

A motivação imediata do autor do projeto foi o falecimento da jovem Ana Clara Benevides, durante um show de música, que veio a óbito após passar mal durante espetáculo no Rio de Janeiro, em um dia em que foram registrados recordes de temperatura em meio à onda de calor que então assolava o país.

Relatos de outras pessoas que participaram do evento deram conta de dificuldades encontradas pelos jovens para acesso à água potável: proibição à entrada de garrafas de água potável, distribuição insuficiente de água à plateia e comercialização de água envasada a preços acima dos praticados em mercado.

O autor justifica sua iniciativa com base nos artigos 6º e 8º do Código de Defesa do Consumidor, que sagram dos direitos à proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos ou serviços considerados perigosos ou nocivos, e determinam que os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores.

O proponente do projeto lembra, ainda, a publicação, em caráter emergencial, da Portaria GABSENACON/MJSP nº 35, de 18 de novembro de 2023, na qual se estabelece a obrigatoriedade de que os organizadores de shows, festivais e quaisquer eventos especialmente expostos ao calor, em períodos de alta temperatura, permitam a entrada de garrafas de uso pessoal para consumo de água durante o evento, assim como a instalação de pontos para fornecimento de água potável aos participantes, sem custo para os consumidores. A vigência dessa Portaria foi prorrogada por mais 120 dias, por meio da Portaria nº 42, de 19 de março de 2024.



SENADO FEDERAL  
Senador JORGE SEIF – PL/SC

Por sua vez, o PL nº 5.560, de 2023, de autoria da Senadora Damares Alves, altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para estabelecer obrigações das organizadoras de eventos de lazer e entretenimento de grande porte.

Em essência, impõe às organizadoras de eventos de lazer e entretenimento de grande porte as obrigações de permitir o acesso e o porte de garrafas de água de uso pessoal, de material termoplástico transparente e descartável, além de disponibilizar bebedouros, em locais de fácil acesso a todos os presentes, ou realizar a distribuição de embalagens com água potável adequada para consumo, sem quaisquer custos; assegurar o espaço físico e a estrutura necessária para garantir o rápido resgate de participantes do evento, em caso de intercorrências relacionadas à saúde e demais situações de perigo; e disponibilizar 1 (um) médico e 2 (dois) profissionais de enfermagem, devidamente registrados nos respectivos conselhos profissionais, para cada 10.000 (dez mil) pessoas presentes ao evento. Duplicam-se esses números em caso de calor intenso ou ondas de calor anunciadas pelos institutos de meteorologia.

Por fim, o PL nº 6.096, de 2023, de autoria do Senador Jorge Kajuru, altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para garantir o acesso do consumidor à água potável, trazida por ele ou oferecida, de forma gratuita, pelo estabelecimento comercial, casa ou ambiente de festas e espetáculos onde estiver.

## II – ANÁLISE

Inicialmente, sob a ótica da **constitucionalidade**, observamos que a proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, incisos V e VIII, da Constituição, segundo os quais compete à União legislar concorrentemente sobre produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.



SENADO FEDERAL  
Senador JORGE SEIF – PL/SC

**Regimentalmente**, compete a este colegiado apreciar assuntos pertinentes à defesa do consumidor, especialmente estudar, elaborar e propor normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores, e aperfeiçoar os instrumentos legislativos reguladores referentes aos direitos dos consumidores e dos fornecedores (art. 102-A, III, “a” e “b”, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF).

Quanto à **juridicidade**, o projeto se afigura irretocável, porquanto: *i) o meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii) o assunto* nele vertido *inova* o ordenamento jurídico; *iii) possui* o atributo da *generalidade*; *iv) se afigura* dotado de potencial *coercitividade*; e *v) é* compatível com os *princípios diretores do sistema de direito pátrio*.

Em relação ao **mérito**, o projeto merece prosperar, por promover, de forma prática, o acesso gratuito à água potável, o que, para nosso país de temperaturas tão elevadas, pode significar a diferença entre a vida e a morte em contextos extremos.

Já existem leis estaduais e municipais que determinam o fornecimento de água potável aos consumidores em repartições públicas e estabelecimentos comerciais. São exemplos nesse sentido: a) a Lei nº 1.954, de 8 de junho de 1998, do Distrito Federal; b) a Lei nº 17.453, de 9 de setembro de 2020, do Município de São Paulo; e c) a Lei nº 17.747, de 12 de setembro de 2023, do Estado de São Paulo.

Os críticos dessas medidas argumentam que elas podem acarretar custos para os estabelecimentos. Contudo, ponderamos que tais custos são pequenos frente ao valor dos demais produtos e serviços comercializados, e ínfimos diante do valor de uma vida.

Como medida de melhoramento do PL scrutinado, apresentamos emenda para sugerir a inserção de previsão, contida na Portaria que o inspira, de que tanto os pontos de venda de comidas e bebidas quanto os pontos de distribuição gratuita de água estejam dispostos em regiões



SENADO FEDERAL  
Senador JORGE SEIF – PL/SC

estratégicas dos locais de evento, a fim de facilitar o acesso pelos consumidores, consideradas a estrutura física e a quantidade estimada de participantes. Sem essa previsão, a obrigatoriedade da oferta gratuita de água potável se torna inócua e de pouco impacto.

Por fim, entendemos que os demais projetos que tramitam em conjunto – PL nº 5.560 e PL nº 6.096, ambos de 2023 – devem ser declarados prejudicados, com consequente arquivamento, na forma do art. 334 do RISF.

### III – VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.569, de 2023, com a seguinte emenda, bem como pela recomendação de declaração de prejudicialidade do PL nº 5.560, de 2023, e do PL nº 6.096, de 2023.

#### **EMENDA Nº 1 - CTFC** (ao Projeto de Lei nº 5.569, de 2023)

Acrescente-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 5.569, de 2023, o seguinte parágrafo:

“Art. 2º .....

.....

§ 4º Os pontos de venda de comidas e bebidas e os pontos de distribuição gratuita de água devem estar dispostos em regiões estratégicas dos locais de evento, a fim de facilitar o acesso pelos consumidores, consideradas a estrutura física e a quantidade estimada de participantes.” (NR)



SENADO FEDERAL  
Senador JORGE SEIF – PL/SC

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**Relatório de Registro de Presença****12ª, Extraordinária**

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

| Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) |          |                           |
|--|----------|---------------------------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                  |
| ALESSANDRO VIEIRA  | PRESENTE | 1. ORIOVISTO GUIMARÃES    |
| RENAN CALHEIROS  |          | 2. EFRAIM FILHO PRESENTE  |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 3. EDUARDO BRAGA          |
| SORAYA THRONICKE   |          | 4. MARCIO BITTAR PRESENTE |
| STYVENSON VALENTIM                                       | PRESENTE | 5. VAGO                   |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |  |          |
|---|--|----------|
| TITULARES   |  | SUPLENTE |
| VANDERLAN CARDOSO                                       |  | 1. VAGO  |
| MARA GABRILLI   |  | 2. VAGO  |
| VAGO  |  | 3. VAGO  |
| CID GOMES   |  | 4. VAGO  |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                                      |
|--|----------|--------------------------------------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE                             |
| FLÁVIO BOLSONARO                       | PRESENTE | 1. MARCOS ROGÉRIO PRESENTE           |
| JORGE SEIF                             | PRESENTE | 2. ASTRONAUTA MARCOS PONTES PRESENTE |
| EDUARDO GIRÃO                          |          | 3. ROGERIO MARINHO                   |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                       |
|---|----------|-----------------------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE              |
| BETO FARO                               | PRESENTE | 1. RANDOLFE RODRIGUES |
| ROGÉRIO CARVALHO                        |          | 2. VAGO               |
| ANA PAULA LOBATO                        | PRESENTE | 3. VAGO               |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                           |
|--|----------|---------------------------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE                  |
| DR. HIRAN                                    | PRESENTE | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA       |
| CLEITINHO                                    |          | 2. DAMARES ALVES PRESENTE |

**Não Membros Presentes**

FABIANO CONTARATO  
EDUARDO GOMES  
IZALCI LUCAS  
JORGE KAJURU  
PROFESSORA DORINHA SEABRA  
ANGELO CORONEL  
SÉRGIO PETECÃO  
ZENAIDE MAIA  
PAULO PAIM



# Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 5569/2023 com emenda nº 1-CTFC e prejudicados demais projetos

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - Senadores

| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|--|-----|-----|-----------|
| ALESSANDRO VIEIRA  | X   |     |           | 1. ORIOVISTO GUIMARÃES   |     |     |           |
| RENAN CALHEIROS  |     |     |           | 2. EFRAIM FILHO  |     |     |           |
| SERGIO MORO  | X   |     |           | 3. EDUARDO BRAGA   |     |     |           |
| SORAYA THRONICKE   |     |     |           | 4. MARCIO BITTAR   |     |     |           |
| STYVENSON VALENTIM   | X   |     |           | 5. VAGO  |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| VANDERLAN CARDOSO  |     |     |           | 1. VAGO  |     |     |           |
| MARA GABRILLI  |     |     |           | 2. VAGO  |     |     |           |
| VAGO   |     |     |           | 3. VAGO  |     |     |           |
| CID GOMES  |     |     |           | 4. VAGO  |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| FLÁVIO BOLSONARO   | X   |     |           | 1. MARCOS ROGÉRIO  | X   |     |           |
| JORGE SEIF   | X   |     |           | 2. ASTRONAUTA MARCOS PONTES  |     |     |           |
| EDUARDO GIRÃO  |     |     |           | 3. ROGERIO MARINHO   |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| BETO FARO  | X   |     |           | 1. RANDOLFE RODRIGUES  |     |     |           |
| ROGÉRIO CARVALHO   |     |     |           | 2. VAGO  |     |     |           |
| ANA PAULA LOBATO   |     |     |           | 3. VAGO  |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| DR. HIRAN  |     |     |           | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA  |     |     |           |
| CLEITINHO  |     |     |           | 2. DAMARES ALVES   | X   |     |           |

Quórum: TOTAL 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

\* Presidente não votou

Senador Dr. Hiran  
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6, EM 11/06/2025

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

**TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 5569, DE 2023,  
APROVADO PELA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA,  
GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO  
CONSUMIDOR NA REUNIÃO DO DIA 11 DE JUNHO DE 2025**

**PROJETO DE LEI Nº 5569, DE 2023**

Dispõe sobre direito dos consumidores de acesso a água potável nos estabelecimentos comerciais e eventos coletivos que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o direito de acesso a água potável como medida de proteção à vida, saúde e segurança dos consumidores.

**Art. 2º** Os seguintes prestadores de serviços são obrigados a fornecer, gratuitamente, água potável aos seus clientes:

I – hotéis, bares, restaurantes, casas noturnas, cafés, lanchonetes e estabelecimentos similares;

II – organizadores de shows e espetáculos de teatrais, musicais e esportivos; e

III – outros eventos com grande concentração de pessoas, nos termos do regulamento, especialmente aqueles realizados a céu aberto e expostos ao calor.

§ 1º Define-se como água potável, para efeitos desta Lei, aquela água que atenda aos padrões de potabilidade estabelecidos na regulamentação sanitária.

§ 2º Em eventos coletivos fica permitido o acesso gratuito de garrafas de uso pessoal, contendo água para consumo no local, sendo permitida a fixação, pelos organizadores do evento, dos materiais de que tais recipientes podem ser compostos, a fim de garantir a segurança e integridade física dos demais consumidores.

§ 3º Os prestadores de serviços referidos nos incisos II e III do *caput* deste artigo devem garantir que os pontos de distribuição de água estejam dispostos em regiões estratégicas do local do evento a fim de facilitar o acesso pelos consumidores, consideradas a estrutura física e a quantidade estimada de participantes.

§ 4º Os pontos de venda de comidas e bebidas e os pontos de distribuição gratuita de água devem estar dispostos em regiões estratégicas dos locais de evento, a fim de facilitar o acesso pelos consumidores, consideradas a estrutura física e a quantidade estimada de participantes.

**Art. 3º** Aplicam-se às infrações a esta Lei as sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de junho de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
Presidente da Comissão de Transparência, Governança,  
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 5569/2023)**

REUNIDA A CTFC NA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/06/2025, FOI APROVADO O PL Nº 5569/2023 COM A EMENDA Nº 1-CTFC, POR OITO VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO; E DECLARADOS PREJUDICADOS O PL Nº 5560/2023 E PL Nº 6096/2023.

11 de junho de 2025

Senador Dr. Hiran

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,  
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor